

CADERNO DE ENCARGOS

DE

Aquisição de gasóleo de aquecimento para as escolas do concelho- 2017/2018

Cláusulas gerais

Art. 1º – Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento

1. Na execução da prestação do fornecimento observar-se-ão:
 - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) O Decreto – Lei 18/2008, de 29 de janeiro.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
3. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) do número 1 serão observados em todas as disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterados pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

Art. 2º - Regulamentos e outros documentos normativos.

Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e se relacionem com o fornecimento a efetuar.

Art. 3º Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:
 - a) O estabelecido no próprio título contratual, que prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;
 - b) O estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado no título contratual;

Art. 4º Objeto do concurso

O contrato a celebrar tem por objeto principal a Aquisição de gasóleo para as escolas do concelho, o bem a fornecer deverá obedecer às especificações e condições técnicas legalmente estabelecidas.

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de combustível de aquecimento em regime de fornecimento contínuo.

1. Nomeadamente para:

- Jardim de Infância de Campo de Besteiros
- Jardim de Infância de Lajeosa
- Jardim de Infância de Lobão da Beira
- Jardim de Infância de Mosteiro de Fráguas
- Jardim de Infância de Vilar de Besteiros
- Jardim de Infância e EB1 de S. Miguel do Outeiro
- EB1 de Canas de Santa Maria

Estima-se que o valor global seja de 8 500 litros

b) As quantidades indicadas anteriormente são meramente indicativas, não vinculando a entidade adjudicante à sua efetiva aquisição.

c) O combustível deverá cumprir os requisitos constantes da legislação aplicável em vigor.

Art.5º Prazo

O prazo de prestação dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições é de 240 dias correspondendo aos meses compreendidos entre outubro 2016 e maio de 2017.

Art. 6º Preço Base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de **11 500€**.

O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço máximo que o município se dispõe a pagar, do contrato a celebrar correspondendo à totalidade ou até à data do fornecimento total dos bens

Art. 7º Critério de adjudicação

A adjudicação será efetuada, segundo o critério do mais baixo preço, em que o valor do desconto apresentado p/litro é o que prevalece.

Obrigações contratuais

Obrigações do prestador de serviços

Art. 8º Obrigações do prestador de serviços

Fornecer o combustível de acordo com as especificidades estabelecidas no mapa de trabalhos.

A título acessório, o prestador de serviço fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço. Bem como ao esclarecimento do sistema de organização à necessária à perfeita e complexa execução das tarefas a seu cargo.

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.

O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário.

Art. 9º Forma de prestação do serviço

1. Após a celebração do contrato/adjudicação, o concorrente fornecerá o gasóleo, sempre que lhe for solicitado via telefone, para uma quantidade igual ou superior a 500 litros por fornecimento, permanentemente durante o período referido no art.º 5 e de acordo com o mapa de trabalhos e até ao limite do valor da proposta.

Obrigações da Câmara Municipal

Art. 10º Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Art. 11º - Caução

Não é exigível a apresentação de caução

Art. 12º -Redução do contrato a escrito

É de exigir a redução do contrato a escrito nos termos do n.º1 do artigo 94 do CCP.

Art. 13º Condições de Pagamentos

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Art. 14º Resolução do contrato

1. Sem prejuízos de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contratantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Resolução de litígios

Art. 15º Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de círculo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Art. 16º Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Até à celebração do contrato as comunicações far-se-ão através da plataforma eletrónica www.acingov.pt

Art. 17º Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Art. 18º Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código Contratos Públicos (CCP).

Tondela, setembro de 2017

O Presidente da Câmara

José António Gomes de Jesus, Dr.